

Educação escolar para além do reacionarismo em tempos atuais

School education beyond reactionarism in current times

La educación escolar más allá del reaccionario en tiempos actuales

Matheus Bernardo Silva¹

RESUMO

Este estudo teve como objetivo examinar a ênfase da percepção imediata em detrimento do conhecimento historicamente sistematizado no bojo da educação escolar. Com base em uma pesquisa teórico-bibliográfica, o referencial teórico reporta-se a pressupostos do materialismo histórico-dialético e da teoria pedagógica histórico-crítica. A relação entre pós-verdade e *fake news* é um dos fios condutores para a propagação do ideário reacionário alinhavado com um populismo de direita, concretizado na eleição de Jair Messias Bolsonaro e quase na sua reeleição. Como contraponto, aponta-se para o conhecimento historicamente sistematizado, à luz dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, no contexto escolar, como contributo para o processo formativo escolar capaz de contribuir para a superação da validade *social* da pós-verdade.

Palavras-chave: Educação Escolar. Conhecimento Cotidiano. Conhecimento Historicamente Sistematizado. Pós-Verdade.

ABSTRACT

This study aimed to examine the emphasis on everyday knowledge to the detriment of knowledge historically systematized in the core of school education. Based on theoretical-bibliographical research, the theoretical framework refers to assumptions of historical-dialectical materialism and the historical-critical pedagogical theory. The relationship between post-truth and fake news stands out as one of the guiding threads for the propagation of reactionary ideas aligned with a right-wing populism, materialized in the election of Jair Bolsonaro and almost in his re-election. As a counterpoint, historically systematized knowledge is pointed out, in light of the foundations of historical-critical pedagogy, within the school context, as a contribution to a school education process that is capable of contributing to overcome the *social* validity of post-truth.

Keywords: School Education. Everyday Knowledge. Historically Systematized Knowledge. Post-Truth.

RESUMEN

Este estudio tiene el objetivo de examinar el énfasis en los saberes cotidianos en detrimento de los saberes históricamente sistematizados en el seno de la educación escolar. Desde una investigación

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, Brasil. E-mail: matheusbernardo@unesc.net  <https://orcid.org/0000-0002-5964-368X>

teórico-bibliográfica, el marco teórico se refiere a supuestos del materialismo histórico-dialéctico y de la teoría pedagógica histórico-crítica. La relación entre la posverdad y las *fake news* se despega como uno de los hilos conductores de propagación de ideas reaccionarias alineadas con un populismo de derecha, materializado en la elección de Jair Bolsonaro y casi en su reelección. Como contrapunto, se señala el saber históricamente sistematizado, a la luz de los fundamentos de la pedagogía histórico-crítica, en el contexto escolar, como aporte al proceso de formación escolar capaz de contribuir a la superación de la vigencia *social* de la posverdad.

Palabras-clave: Educación Escolar. Conocimiento Cotidiano. Conocimiento Históricamente Sistematizado. Posverdad.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nunca a ignorância ajudou a quem quer que fosse!
(Marx, 2020).

Em meados da última década, estabeleceu-se um processo político no Brasil de relevância para a vida social, principalmente dos grupos (frações) sociais e indivíduos que compõem a classe trabalhadora. Trata-se de um movimento conservador, ou que se pode chamar de neoconservador, que se desdobrou em condições objetivas para naturalizar e legitimar uma concepção de mundo hiperautoritária, aproximando-se concretamente de um posicionamento até mesmo fascista.

Seguramente não se trata de um fato inédito no contexto social brasileiro. O histórico do país é fundamentalmente forjado pela discriminação, exclusão, reclusão etc. das minorias sociais. Esse país *alimentou-se* da escravidão, sendo o último Estado-nação a extinguir o modelo escravagista. Entretanto, tal extinção ocorreu somente no papel, isto é, em letras mortas, uma vez que até os dias atuais o racismo, com sua desigualdade entre negro e branco, é abissal. O racismo é, na verdade, no Brasil, enquanto sociedade capitalista dependente e periférica, um contingente inerente à estrutura social.

No caso da discussão de gênero, nota-se um repúdio a valores e moral, tendo em vista a construção de um discurso hegemônico, portanto conservador, em proveito, supostamente, dos “valores familiares” (Biroli, 2020, p. 135) tradicionais. Qualquer possibilidade adversa aos ditos valores familiares tradicionais é considerada inadmissível (abominável) para os padrões conservadores da vida social (Fernandes, 2017; Moura, 2024).

À vista disso, o que esteve posto no cenário brasileiro, principalmente a partir de 2019, com o ingresso de Jair Messias Bolsonaro como Presidente da República, foi a intensificação sem precedentes de todo o caldo histórico conservador, agora com o incremento explícito da extrema direita, concretizado em um populismo reacionário, um populismo radical de direita (Lynch e Cassimiro, 2022).

O presente manuscrito procura, portanto, com base em uma pesquisa teórico-bibliográfica, abordar os possíveis caminhos com os quais a educação escolar pode contribuir na atualidade, perante os condicionantes sociais vigentes. Como referencial teórico-metodológico, são reportados determinados pressupostos do materialismo histórico-dialéctico enquanto condição ontológica e, por conseguinte, da pedagogia histórico-crítica, como teoria pedagógica capaz de fornecer princípios e fundamentos pertinentes para indagar a relação entre educação escolar e modo de produção capitalista no seu estágio atual.

Torna-se necessário ressaltar tal problemática, pois no âmago do neoliberalismo urge a possibilidade concreta do avanço do espectro autoritário que se desdobra em reacionarismo. Isso pode ser conferido na ascensão política de demagogos populistas (Levitsky e Ziblatt, 2021) de direita ao redor do mundo.

Destaca-se que o objetivo reside em examinar criticamente a ênfase da percepção imediata do indivíduo, influenciada por uma concepção de mundo conservadora, em detrimento do conhecimento historicamente sistematizado na educação escolar. Para tanto, o manuscrito foi desenvolvido da seguinte maneira: 1. em linhas gerais, explicita o atual contexto social brasileiro, dando ênfase às questões sobre a *pós-verdade* — alinhada, por exemplo, com *fake news*, negacionismo e teorias da conspiração; 2. enfatiza uma maneira de salientar que distintas formas de interpretar a realidade podem se tornar verdades, sem que a prática social seja o critério de verdade, também ocorrendo pela difusão do conhecimento cotidiano (interesse empírico do indivíduo) em todas as esferas sociais; e 3. por fim, em contrapartida, expõe a necessidade do processo formativo escolar pautado no conhecimento historicamente sistematizado, à luz de uma concepção crítica de mundo, de indivíduo, enfim, de educação.

APONTAMENTOS SOBRE CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL BRASILEIRO NA ERA BOLSONARO: O “LEGADO” RECENTE DA PÓS-VERDADE

O ser humano, enquanto ser social, necessita se apropriar da natureza e transformá-la para poder satisfazer suas necessidades. Tal apropriação acontece de maneira intencional e criativa, no sentido de transformar a natureza, ou seja, mudar radicalmente a forma dos bens naturais para produzir elementos pertinentes para sua sobrevivência. Assim, o conjunto de seres humanos torna-se humano por meio de determinado modo de produção, isto é, um modo de produção da existência humana.

No decorrer da história da humanidade, foram estabelecidos distintos modos de produzir a existência humana, em que os indivíduos, inseridos em determinadas classes sociais — exceto no comunismo primitivo¹ —, obtinham diferentes funções sociais, imperando fundamentalmente a relação de exploração e opressão de uma classe social sobre a outra. No caso em questão, no âmbito do modo de produção capitalista da existência humana, o fracionamento entre classes continuou e, de certo modo, foi se intensificando e complexificando a tal ponto de, nos dias atuais, existirem diferentes maneiras de tentar subverter e até mesmo extinguir a essência da luta de classes no capitalismo contemporâneo.

Entretanto, vale a ressalva de Marx (2011b, p. 58) sobre a importância da sociedade capitalista:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam as suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc.

O modo de produção capitalista é a organização social mais desenvolvida e, no decorrer do percurso histórico, vem complexificando e aprimorando todos os aspectos que constituem o atual modo de sociabilidade. Em um primeiro olhar, nota-se que, de fato, por meio da organização societal capitalista, os bens materiais e imateriais aprofundaram-se e aglutinaram-se de maneira sem precedentes, apresentando condições objetivas para sanar os problemas sociais vigentes.

¹ Para aprofundar o tema, ver Marx (2011a).

Contudo, ao estabelecer um olhar mais atento, confere-se que o acúmulo da produção (mais complexa) oriundo desse modo de produção se concentra no poder de uma pequena parcela da sociedade. Trata-se da classe dominante, justamente a que detém os meios de produção, advindos da lógica da propriedade privada, e por conseguinte, ao deter tais meios, essa classe dominante efetiva intencionalmente ações concretas para a consolidação dos seus interesses no bojo das relações sociais. Para isso, distintos recursos são mobilizados para garantir o poder social perante os demais membros que compõem a sociedade, isto é, a classe dominada (os despossuídos dos meios de produção).

No que tange às especificidades da classe dominada, há uma constante relação contraditória entre humanização e alienação (Duarte, 2013). De um lado estão as máximas objetivações humanas, predominantemente produzidas pelos membros que compõem essa classe, via venda da sua força de trabalho, enquanto mercadoria; por outro lado, essas objetivações não pertencem a tais indivíduos.

Contudo, conforme mencionado anteriormente, a classe dominante, além de deter os meios de produção, mobiliza outros aparatos sociais para consolidar temas jurídicos, políticos, econômicos, sociais, enfim, cabíveis para a manutenção do *status quo*, no sentido de acentuar a alienação e, consequentemente, naturalizar a lógica da propriedade privada.

Articulada com a propriedade privada dos meios de produção, a alienação é um aspecto primordial para engendrar e legitimar as especificidades da sociedade capitalista para todos os indivíduos, inclusive os despossuídos (classe dominada). Sem esgotar a complexidade do conceito de alienação, destaca-se que ela não ocorre somente no processo de trabalho e de produção, como possibilidade de extração do mais-valor, mas como maneira de estabelecer um apaziguamento social.

A dinâmica estrutural do capital não é coesa nem harmoniosa. Ao contrário, o capitalismo é fruto de constantes crises de distintas amplitudes e consequências, principalmente para a classe dominada. Grespan (2022, p. 66), apoiado na concepção marxiana, ressalta que “[...] as crises constituem uma determinação central e incontornável do capital, que pode ser, no máximo, atenuada e postergada, mas que tende necessariamente a se manifestar em algum momento”.

No decorrer da história, a sociedade capitalista sofreu distintas crises. Todavia, a superação de tais crises aconteceu predominantemente por dentro das especificidades próprias da sociedade capitalista, com resoluções materializadas como formas de manutenção social. Nesse sentido, o capitalismo contemporâneo, na lógica neoliberal, também é movido por crises de distintas dimensões que impactam, de uma maneira ou outra, o aspecto estrutural do capital.

As especificidades do neoliberalismo, enquanto condição econômico-produtiva, de modo genérico, enaltecem a liberdade, a competição e o livre mercado. De acordo com Harvey (2014, p. 75), “[...] o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e o livre comércio”. Torna-se *adepto* à privatização de setores estatais, à ausência de um claro posicionamento jurídico-político sobre direitos de propriedade e à obliteração dos direitos dos indivíduos, membros da classe trabalhadora, nas relações de trabalho.

Afirma-se que a privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos — tanto custos diretos ao consumidor (graças a mercadorias e serviços mais baratos) como, indiretamente, mediante a redução de carga de impostos. (Harvey, 2014, p. 76)

Por isso, na lógica neoliberal, o Estado deve estar a favor das leis do mercado: “o Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais

que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global” (Harvey, 2014, p. 76).

A materialização da lógica neoliberal moderna ocorreu predominantemente nas últimas décadas do século passado. Ainda cabe salientar que, a partir de meados da década de 1970, o avanço tecnocientífico no campo da microeletrônica é exponencial (Schaff, 2001), especialmente por conta das constantes atualizações dos computadores e seu impacto no processo de produção.

Na atual era da chamada Indústria 4.0, em que se podem destacar a automação e a inteligência artificial, as relações de trabalho, no âmbito do neoliberalismo, agravaram ainda mais o processo de exploração e opressão social de uma classe sobre a outra (Antunes, 2021). A flexibilidade, a terceirização e a informalidade, revestidas de maquiagens que soam benéficas, de modo amplo, por parte de uma parcela considerável da classe trabalhadora, ou melhor, via percepção imediata do trabalhador perante a realidade, tornam-se estratégias benéficas para a acumulação do capital.

Conforme Saviani (2021b) argumenta, nesse período, alinhado com o clima cultural pós-moderno, iniciou-se um processo de ênfase nos aspectos da informática como forma de decodificação dos dados da realidade.

Se o moderno se liga à revolução centrada nas máquinas mecânicas, na conquista do mundo material, na produção de novos objetos, a pós-modernidade centra-se no mundo da comunicação, nas máquinas eletrônicas, na produção de símbolos. Isso significa que antes de produzir objetos se produzem os símbolos; ou seja, em lugar de experimentar, como fazia a modernidade, para ver como a natureza se comporta a fim de sujeitá-la aos desígnios humanos, a pós-modernidade simula em modelos, por meio de computadores, a imagem de objetos que pretende produzir. (Saviani, 2021b, p. 426-427)

Logo, as grandes narrativas (metanarrativas), como a possibilidade do conhecimento histórico (por exemplo), são constantemente enfraquecidas, mistificadas, pois torna-se impossível compreender a sociedade por meio de categorias totalizantes.

É o indivíduo (por si mesmo), na sua singularidade, inserido em determinada particularidade social, que compreenderá a realidade social de maneira *autônoma*. Não faz sentido, portanto, ter uma verdade absoluta, por meio de um critério científico de verdade.²

As *interpretações subjetivistas e relativistas* passam a ser concretizadas perante a realidade, contribuindo para uma condição de pós-verdade. Consequentemente, no bojo da atual trama social capitalista (e da sua crise estrutural), destaca-se aquilo que Costa e Gomes (2022), influenciados pela teorização de Coutinho (2017), denominam *miséria do saber*:

as *fake news*, a “pós-verdade”, os revisionismos e os negacionismos expressaram uma congruência entre a excessiva ênfase relativista, subjetivista e revisionista postulada por parte da crítica pós-moderna que, no limite, incide sobre o tensionamento dos critérios de verdade, totalidade e objetividade, contexto que

2 Compreende que a discussão sobre *verdade* é complexa e merece aprofundamento, mesmo por conta dos tempos atuais, em que o cenário da realidade concreta tende a se delinear por um constructo de compreensão discrepante daquilo que acontece na própria realidade. O que se procura demonstrar, no presente manuscrito, é que o falseamento sobre a realidade pode ocorrer de maneira intencional, para atender a interesses de determinados grupos sociais e, por conseguinte, a realidade pode ser assimilada de maneira não intencional por uma parcela considerável dos indivíduos, justamente por tal assimilação estar balizada predominantemente pela percepção imediata do indivíduo. Esse é um movimento de *miséria da razão* (Coutinho, 2017), que pode ser desdobrado em um movimento, atualmente, de *miséria do saber* (Costa e Gomes, 2022). Contudo, o objetivo deste manuscrito não está alojado nem desconsidera a discussão sobre os distintos conceitos de *verdade*, mas o enfoque aqui realizado está no referencial ontológico estabelecido com base em determinados pressupostos do materialismo histórico-dialético e, consequentemente, da teoria pedagógica histórico-crítica.

aqui denominaremos de miséria do saber, por expressar, em seu conjunto, formas de conhecimento do mundo e da realidade cada vez mais reificada. Essa reificação se expressa a partir de conhecimentos que, ao invés de desmistificar, mistificam, tornando incognoscível o real. (Costa e Gomes, 2022, p. 244)

Nas relações intersubjetivas, a principal característica da pós-verdade como discurso, de acordo com Dunker (2022, p. 24), “[...] é que ela requer uma recusa do outro ou ao menos uma cultura da indiferença que, quando se vê ameaçada, reage com ódio ou violência. É cada vez mais difícil escutar o outro, assumir a sua perspectiva, refletir, reposicionar-se e fazer convergir as divergências”.

Já o advento da pós-verdade, enquanto aspecto cognitivo, promove predominantemente uma compreensão sobre a realidade concreta de maneira irreal. Não se trata apenas — embora seja muito — da distorção de ideias, esvaziamento de referências, informações vazias etc. Nesse sentido, Dunker (2022, p. 34) expõe:

Penso que o fenômeno é mais complexo que isso, pois ele envolve uma combinação calculada de observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis em uma mistura que é, no conjunto, absolutamente falsa e interesseira. Não se trata de pedir ao interlocutor que acredite em premissas extraordinárias ou contraintuitivas, mas de explorar preconceitos que o destinatário cultiva e que, gradualmente, nos levam a confirmar conclusões tendenciosas.

Pode-se constatar que uma das dimensões da pós-verdade é uma espécie de irracionalismo. As respostas para problemas complexos da realidade concreta podem até mesmo ser obtidas por meio da ciência, por exemplo. Todavia, a utilização de preceitos científicos para atender à intenção do mensageiro para o destinatário distorce aquilo que pressupõe determinado conhecimento científico, considerando os interesses ideológicos e/ou políticos do mensageiro a serem difundidos para o destinatário e suas demandas/necessidades vigentes. Para isso, não importa se se trata de uma verdade, de fato, em que a prática social se torna o critério de verdade. A intenção é justamente cooptar o destinatário inteiramente para aderir a determinado discurso.

Esse clima de pós-verdade se entrelaçou com o peso das *fake news* (notícias intencionalmente falsas) e com outro fenômeno que tem se fortalecido nos últimos tempos: o negacionismo da ciência (*terraplanistas*, negacionistas do aquecimento global, antivacinas etc.). A conjugação entre descrédito das evidências em detrimento da verdade individual, a disseminação intencional de notícias falsas para fins de manipulação político-ideológica e o descrédito e negacionismo da ciência habitam a atmosfera de ascensão mundial da nova direita [...]. (Della Fonte, 2022, p. 87)

Em tempos atuais, principalmente por conta do avanço da extrema direita consolidado com Jair Messias Bolsonaro como Presidente da República (entre os anos 2019 e 2022), trata-se da emergência de um novo irracionalismo no âmbito nacional. De acordo com Dunker (2022, p. 34-35), tal irracionalismo brasileiro pressupõe a “[...] sua disposição predatória contra professores, estudantes, artistas, aposentados e demais ‘parasitas’ que não sabem o ‘valor do trabalho’ e que não aceitam as ‘verdades óbvias’”.

O fenômeno das *fake news*, nesse sentido, impactou profundamente a compreensão sobre a realidade social nos últimos anos no Brasil. À guisa de ilustração, menciona-se a eleição para presidente em 2018, os quatro anos de mandato de Bolsonaro — recordando o impacto negativo no encaminhamento de ações para mitigar os problemas oriundos da pandemia da COVID-19 — e a

eleição para Presidente da República em 2022. A disseminação de *fake news* foi um fator importante para quase colapsar o Brasil.

Santaella (2019, p. 51), baseada em Perosa, expõe que “[...] as notícias falsas se transformaram em verdadeira indústria de alta produtividade, tornando-se terreno fértil para o império da pós-verdade”. Para isso, alguns fatores, conforme argumenta a autora, influenciam na materialização da pós-verdade: a. ênfase na polarização partidária em detrimento do debate racional e do consenso; b. predomínio de informações descentralizadas, predominantemente divulgadas via internet, especialmente pelas redes sociais, os canais alternativos; e c. vigência do ceticismo, da descrença de grande parte dos indivíduos na democracia e, por conseguinte, nas instituições etc.

A emoção, a cólera, a percepção imediata, a identificação com causas de determinados grupos sociais, principalmente grupos conservadores (da extrema direita) disseminados por plataformas sociodigitais, foram pressupostos cabais para a decodificação precária dos dados da realidade.

Essa maneira de estar inserido nas relações sociais e, conseqüentemente, estabelecer formas de viver na sociedade, torna-se um vazio de sentido no que tange ao pertencimento de classe (Iasi, 2022) dos dominados, levando a assumir interesses que são totalmente precários para a manutenção da sua existência enquanto ser social. Por conseguinte, as implicações são sem precedentes para a manutenção da democracia, mesmo no bojo da sociedade capitalista.

Isso pode ser visto no recente movimento político em distintos Estados-nações com a eleição de presidentes adeptos ao viés populista e reacionário, cujo caráter se apresenta como demagogo. Pode-se observar, à guisa de ilustração, Donald Trump, nos Estados Unidos, e seu discípulo, Jair Messias Bolsonaro, no Brasil.

O processo de tais demagogos iniciou principalmente pelas palavras. Conforme Levitsky e Ziblatt (2021, p. 79), “demagogos atacam seus críticos com termos ásperos e provocativos — como inimigos, subversivos e até mesmo terroristas”. Os ataques constituem-se em método efetivo para demonstrar que o demagogo é a solução para sanar os problemas sociais de determinada nação, com o discurso de que o Estado, as instituições democráticas, enfim, a dinâmica social está em deformidade, e isso necessita ser reformulado, ou melhor, transformado.

A questão é que esses ataques a outras pessoas, às instituições etc. podem ser um momento embrionário para reais problemas complexos no âmago das relações sociais, porque “se o público passar a compartilhar a opinião de que os oponentes são ligados ao terrorismo e de que a mídia está espalhando mentiras, torna-se mais fácil justificar ações empreendidas contra eles” (Levitsky e Ziblatt, 2021, p. 79).³

Esse foi o movimento que aconteceu no Brasil nos últimos anos, tanto para a vitória de Jair Messias Bolsonaro na eleição presidencial em 2018 quanto para os encaminhamentos no decorrer do seu governo e da tentativa da sua reeleição.

Seguramente, as ações do governo Bolsonaro acarretaram inúmeros retrocessos para as instituições democráticas e, por conseguinte, na própria vida social dos indivíduos-trabalhadores. Afinal, um demagogo, cuja autocracia era seu fio condutor, tornou-se Presidente da República. Sobre isso, Anderson (2020, p. 121) pontua duramente:

A teratologia da imaginação política contemporânea — já bastante pródiga: Trump, Le Pen, Salvini, Orbán, Kaczynski, ogros vários e variados — acaba de ganhar

3 Há exemplos emblemáticos no atual cenário nacional: negação da vacina como forma de contenção da pandemia da COVID-19, acampamentos na frente de quartéis do Exército, ataque de 8 de janeiro de 2023 aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em Brasília, sem contar as mais diferentes peripécias realizadas ao se confirmar a derrota de Jair Messias Bolsonaro na eleição de 2022 para Presidente da República (golpistas tentando comunicação com extraterrestres via lanterna do celular, golpistas interrompendo o fluxo de veículos em diversas rodovias brasileiras etc.).

um novo monstro. Destacando-se em meio à lama, o presidente eleito do Brasil enalteceu o mais notório torturador na história de seu país; afirmou que a ditadura militar deveria ter eliminado 30 mil adversários; disse a uma deputada que ela não merecia ser estuprada por ser feia demais; anunciou que preferia perder um filho em um acidente de carro a descobri-lo homossexual; declarou aberta a temporada de exploração na Floresta Amazônica; e, no dia seguinte à eleição, prometeu a seus seguidores banir a escumalha vermelha.

Nota-se que tais palavras de Bolsonaro o classificam literalmente como demagogo, mas o pior é que parte considerável da população brasileira o elegeu em 2018 e quase realizou o mesmo feito em 2022. As palavras do demagogo tiveram consentimento e foram reproduzidas por milhares de pessoas no decorrer dos últimos anos. Muito disso ocorreu por meio de *fake news*, a fertilização para a pós-verdade, via redes sociais, possibilitou tornar *verdadeiras* inverdades, ou seja, informações não factuais.

Tal êxito bolsonarista ocorreu muito por conta da contribuição daquilo que Empoli (2020) denominou de *engenheiros do caos*. Por meio da tríade *fake news*-teorias da conspiração-algoritmos, foi possível disseminar o ódio, gerando polarização via lógica do *eu* e do *eles* (digno *slogan* fascista) e o medo. Tendo como suposto indivíduo-superador de tudo aquilo que se constrói como contrário, advindo do ódio e do medo, o próprio demagogo (nesse caso, Bolsonaro) arrematou palavras ocas, mas que tomaram um falso sentido para uma parcela considerável da população brasileira. Desse modo, a tríade supramencionada consubstanciou o ódio e o medo, influenciando decisivamente as eleições e no decorrer do mandato de Bolsonaro, preconizando uma tentativa daquilo que Levitsky e Ziblatt (2021) mencionam como subversão da democracia.

Na compreensão deste estudo, com a contribuição do fenômeno da pós-verdade, alinhada com as *fake news*, o negacionismo e as teorias da conspiração, Bolsonaro estabeleceu um populismo radical de direita. Com base em um movimento antissistema, na dualidade povo *versus* instituições democráticas, Bolsonaro colocou-se entre essa dualidade. Como populismo, pode-se conceber “[...] um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática, que reivindica a representação de uma maioria contra o restante da sociedade” (Lynch e Cassimiro, 2022, p. 15).

A caracterização do populismo ocorre predominantemente por meio de discursos, *slogans* cuja especificidade se aloja em afeto e paixão, considerando inevitavelmente as características do povo. No caso do povo brasileiro, trata-se de uma sociedade advinda de um capitalismo dependente e periférico, conservadora e hiperindividualista.

Os populistas se apresentam como intérpretes privilegiados dessa vontade, boa e infalível do povo, que viria, entretanto, sendo negligenciada ou impedida na democracia liberal por uma minoria ou elite, que à sua revelia ou contra a sua vontade, monopolizaria os recursos políticos, sociais e econômicos de poder (Lynch e Cassimiro, 2022, p. 16)

Por consequência, ainda conforme Lynch e Cassimiro (2022), as características do populismo estão em efetivar o apelo ao povo, às ações do politicamente incorreto e à ênfase do mundo, ou, neste caso, do Brasil em perigo (em risco iminente). Bolsonaro alinha-se à noção de um populismo radical de direita, porque o

populismo que resiste ao avanço da igualdade social em nome de um culturalismo supostamente representativo do “povo verdadeiro”, que justificaria a manutenção

ou restauração de uma ordem caracterizada pela hierarquia no âmbito do trabalho e da vida privada. Essa ideia reacionária de “restauração da ordem” organiza o mundo entre bons nacionalistas conservadores (o “povo”) e maus cosmopolitas e progressistas (o “antipovo”), e prega uma cruzada apocalíptica para a salvação de uma “civilização judaico-cristã ocidental”. Civilização esta entendida como coletividade de famílias organizadas em nações culturalmente definidas, mais ou menos independentes do Estado e amalgamadas pelo cristianismo. (Lynch e Cassimiro, 2022, p. 21)

A relação dessa tipologia de líder político, populista, radical e de direita, assume uma postura reacionária perante os fatos que envolvem a democracia, coadunando implicitamente com um projeto societal contra a classe trabalhadora, especialmente as minorias, que formam a maioria calada arbitrariamente por dispositivos jurídicos, econômicos, em suma, sociais capitalistas.

Por meio de tal populismo, há um viés autoritário alinhavado com os preceitos neoliberais vigentes. Bolsonaro em tempo algum negou as especificidades neoliberais; pelo contrário, via sua demagogia (*palavras ocas*), procurou estabelecer sucessivas *cortinas de fumaça* para avançar os princípios neoliberais na conjunção com pressupostos autoritários. Isso impactou não somente a condição econômica do país e, por conseguinte, da população, mas mais precisamente a ossatura governamental e a subjetividade dos indivíduos.

Novamente, recorrendo aos elementos fidedignos de um populismo radical de direita com o agravante de reacionarismo, o avanço do autoritarismo, do ódio (alinhado com o medo), do negacionismo e do obscurantismo compuseram condição *sine qua non* para o encaminhamento da tentativa de perpetuação do projeto social bolsonarista no Brasil. Sobre a recorrência ao reacionarismo, apresenta-se o posicionamento de Lynch e Cassimiro (2022, p. 25):

A novidade dos reacionários de hoje está assim antes nos meios que na substância. Para ampliar sua influência para além da minoria reacionária de outros tempos, formada por uma alta roda de católicos ultramontanos, a direita radical contemporânea se atualizou. Ampliou o público-alvo para o conjunto de cristãos, não importa se católicos, protestantes ou ortodoxos. Para ganhar coloração “populista”, adotou técnicas de mobilização e de radicalização adaptadas do fascismo. A máquina de propaganda substituiu o rádio e o cinema, por uma onipresente rede de comunicação digital. Permaneceu, porém, o método básico de apelo ao irracionalismo e aos sentimentos primitivos, através da difusão de mentiras ou falsas notícias baseadas em teorias da conspiração. Seu objetivo continua sendo o de instilar na comunidade a paranoia contra inimigos imaginários, a fim de mobilizá-los em apoio ao seu líder protetor e justificar o emprego da violência a pretexto de legítima defesa contra supostos agressores, geralmente vítimas de campanhas difamatórias.

Cabe, no entanto, compreender de que maneira indivíduos inseridos no contexto social brasileiro nos últimos anos passaram a aderir aos discursos de um demagogo, que culminou na eleição e quase reeleição de um presidente com evidentes características autoritárias, reacionárias, enfim, autocráticas. Seguramente, trata-se de uma questão síntese de múltiplas dimensões e densidades.

No caso deste manuscrito, como explicitado a seguir, procurou-se apresentar apontamentos sobre a análise de uma das dimensões que, como se acredita, configura-se no processo formativo do indivíduo, com o predomínio da sua percepção imediata da realidade, portanto, acrítica, a-histórica e não científica.

PROCESSO FORMATIVO DO INDIVÍDUO E PERCEPÇÃO IMEDIATA DA REALIDADE: ATENUANTES PARA O REACIONARISMO

A vida social de todo indivíduo sofre contínua influência do cotidiano. Heller (2016, p. 35), ainda enquanto adepta da teorização de Lukács, menciona que “a vida cotidiana é a vida de *todo* homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico”. A individualidade e a personalidade do indivíduo estão inseridas no próprio cotidiano.

Uma vez que o indivíduo já está inserido na cotidianidade ao nascer, seu processo formativo, ao longo dos anos, forja-se na cotidianidade. Entretanto, seguindo a reflexão de Heller (2016), no bojo da vida cotidiana há distintas alternativas, que o indivíduo acatará ou não, e aquilo que o indivíduo acatará depende predominantemente da maneira que ele se compreenda no mundo, ou melhor, nas relações sociais. Todas as ações realizadas pelo indivíduo dependem da sua visão de mundo, tendo ele compreensão disso ou não.

Para Kosik (2010, p. 80), “na cotidianidade a atividade e o modo de viver se *transformam* em um instintivo, subconsciente e inconsciente, irrefletido *mecanismo* de ação e de vida. [...] A cotidianidade se manifesta como a noite da desatenção, da mecanicidade e da instintividade, ou então como mundo da familiaridade”. Assim, “[...] o indivíduo cria para si relações, baseado na *própria* experiência, nas *próprias* possibilidades, na *própria* atividade e daí considerar esta realidade como o seu próprio mundo” (Kosik, 2010, p. 80).

A aceitação do que está dado, na realidade concreta, é condição *sine qua non* para fortalecer o atual estágio do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, mitigar possibilidades de reflexão e ação para uma transformação social. A percepção cotidiana do indivíduo, ou seja, a sua consciência cotidiana, acaba por garantir tal preceito, visto que a forma que se vive no bojo da cotidianidade é fundamentalmente influenciada pela ideologia dominante com seus vários instrumentos. Neste momento, pode-se ressaltar o papel do algoritmo, das plataformas sociodigitais, das redes sociais etc. como valiosos instrumentos para propagar e concretizar objetivos oriundos dos interesses dominantes.

Iasi (2022, p. 48) argumenta

que vivenciamos na passagem do século XX para o XXI um grande esforço ideológico no sentido de encobrir, por meio de alterações significativas da forma da exploração e acumulação capitalista, as determinações mais profundas que permanecem inalteradas nesse modo de produção e na sociabilidade que lhe corresponde.

Por conseguinte, aprofunda o autor, “a mistificação ideológica opera aqui ocultando uma série de mediações essenciais para compreender as determinações e a gênese da forma através da qual se expressa uma determinada substância” (Iasi, 2022, p. 49). O ponto cabal em tal mistificação concentra principalmente em fazer com que o processo de pertencimento de classe do indivíduo seja extinto. Dito de outro modo, que o trabalhador não compreenda a sua existência humana no bojo de determinada classe social, que é a classe trabalhadora.

Logo, o que se constata, atualmente, advindas da lógica neoliberal, são sucessivas estratégias hegemônicas para estabelecer um isolamento social, do ponto de vista de uma consciência social-proletária (Saviani, 2019), dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora. Para tanto, recorre-se novamente aos escritos de Iasi (2022, p. 50) sobre a classe dominante:

É provável que algumas pessoas passem pela vida, em sua “banalidade cotidiana”, vestindo-se, alimentando-se, consumindo toda sorte de parafernalias tecnológicas,

sem se dar conta daqueles que a produziram, sem estabelecer a conexão entre certos serviços e bens, e aquela gente feia e pobre que desvaloriza o bairro e que incomodamente polui a cidade com sua existência estética duvidosa.

É fulcral que os indivíduos-trabalhadores atinjam apenas “[...] o nível da percepção cotidiana da realidade” (Konder, 2020, p. 251). A percepção cotidiana é de suma importância para a vigência social, pois o cotidiano é precisamente influenciado pela ideologia dominante, isto é, pelos interesses da classe dominante.

Ao contrário do que se passa como conhecimento alcançado pela via das artes, ou do conhecimento filosófico ou científico, que para se desenvolverem precisam ir além do imediato, a consciência cotidiana — submetida às pressões e às injunções do dia a dia — tende a permanecer muito próxima da superfície da empiria, muitas vezes grudada nela, sem nenhum distanciamento efetivo. (Konder, 2020, p. 252)

Ao confrontar a realidade de maneira imediata, tende a ocorrer o movimento de reprodução de forma mecânica, e a reprodução daquilo que está dado na atualidade, no cenário nacional, pode reverberar para reproduzir os devaneios sociais vigentes (Bernardo Silva, 2023b), que se caracterizam por noções aligeiradas e não condizentes com a realidade social tal como ela é, de fato. Logo, há de contribuir como um atenuante do movimento reacionário advindo da reação populista de direita (via extrema direita brasileira), em que passou a ser cada vez mais normal a intolerância perante o outro e, conseqüentemente, a vivência dentro de bolhas, aproximando-se, em alguns momentos, até mesmo de uma estrutura de seita, uma seita digital (Bernardo Silva e Schlickmann, 2024).

Com a equação percepção cotidiana, redes sociais, pós-verdade e *fake news*, o resultado foi a constante tentativa de criação de distintas narrativas para eleger e perpetuar Bolsonaro enquanto síntese da ascensão do populismo de direita, com agravante reacionário.

Outro ponto a ser destacado, de maneira geral, é que um dos movimentos que procederam para essa ascensão populista de direita e reacionária foi a legitimação de um governo *de e para* militares (Victor, 2022) no mandato presidencial de Bolsonaro. Caso não inédito no Brasil e que pode ser lembrado pelo golpe civil-militar de 1964.

Ressalta-se que, ao contrário de outros países que consolidaram Forças Armadas significantes, o Brasil trilhou um caminho contrário, e com isso, para mostrar sua relevância, as Forças Armadas passaram a direcionar suas ações para questões internas do país. Anderson (2020) explana que o Exército brasileiro não se equipara ao de outros países, como China, Rússia, Estados Unidos, países da Europa etc.

Pode-se mencionar que, no governo de Bolsonaro⁴, houve um agravante ainda maior sobre o Estado brasileiro sendo tutelado pelas Forças Armadas, cujo exemplo explícito, conforme Carvalho (2021), é o fato de as Forças Armadas tentarem ser um poder moderador, no que tange à Constituição. Assim sendo, estabelece-se um círculo virtuoso para as Forças Armadas e vicioso para o governo civil: “[...] as Forças Armadas intervêm em nome da garantia da estabilidade do sistema político; as intervenções, por sua vez, dificultam a consolidação das práticas democráticas” (Carvalho, 2021, p. 25).

No campo da educação, na lógica do governo de natureza militar, estabeleceu-se a tentativa de expansão de escolas militares, com a militarização das escolas públicas mediante uma proposta

4 Potencialmente, um movimento histórico aconteceu neste ano de 2025, em que Bolsonaro e outros indivíduos, incluindo membros da reserva das Forças Armadas, como é o caso do General do Exército Augusto Heleno, bem como de Walter Braga Netto, foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal. Entre outros crimes, constam golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

pedagógica tradicional, aproximando-se daquilo que Saviani (2021a, p. 06) assinala sobre a pedagogia tradicional: “A escola organiza-se como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos”. Por consequência, conforme destaca Ricci (2023, p. 113), “trata-se de um processo em que se eleva o educando (a criança) de um estágio egocêntrico e selvagem para o de moralização, aceitação de regras de convívio e conduta social”. Por conta disso, “o cotidiano do aluno é profundamente alterado e o aprendizado é substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento” (Ricci, 2023, p. 109).

A problemática sobre a religião é outra dimensão que, dependendo da maneira que estabelece sua finalidade, como o fundamentalismo religioso, por exemplo, pode corroborar um ataque à democracia. Foi nesse caminho que o ex-presidente Bolsonaro procurou se apoiar, principalmente no campo dos evangélicos.

Primeiro pela quantidade, pois atualmente o crescimento de evangélicos ocorre de maneira exponencial. Indubitavelmente, o crescimento do número de evangélicos no país acontece por ordenamento sistemático, apresentando a Igreja como *possibilidades*, por mais abstratas e irracionais que sejam, para indivíduos em distintas classes sociais, mas com maior ênfase para os mais pobres. Em segundo lugar, pelo fato de o fundamentalismo religioso e seu possível impacto para as instituições democráticas terem sido benéficos para Bolsonaro. Isto porque

o fundamentalismo religioso, por sua concepção de mundo e seu modo de funcionamento, constitui-se em um risco à democracia, aos direitos humanos, ao Estado laico e à diversidade humana. No Brasil ocorre, ademais, a articulação entre setores fundamentalistas cristão, especialmente evangélicos, e o poder político, institucional e midiático. (Vieira, 2021, p. 91)

Por mais que nem todas as noções religiosas sejam adeptas do fundamentalismo, tal vertente corroborou e corrobora uma ascensão populista de direita reacionária. Talvez a questão fulcral esteja no que se refere à construção de distintas concepções de mundo calcadas na Bíblia. Nas palavras de Vieira (2021, p. 92):

O fundamentalismo religioso cristão trabalha com o conceito de verdade absoluta, inquestionável, eterna, imutável e para além da história. Essa verdade a respeito de Deus se expressa na Bíblia Sagrada. A partir da formulação “está escrito”, constrói-se uma visão de mundo, um modelo comportamental e uma forma de lidar com a sociedade. Parece simples, mas não é. Em tal modelo desconsidera-se totalmente que toda leitura é uma interpretação e que toda interpretação está mediada por um contexto histórico e cultural.

Logo, os indivíduos dirigentes das distintas igrejas, na lógica fundamentalista, assumem um poder imensurável perante os *fiéis*. As verdades desses indivíduos tornam-se verdades absolutas e devem ser *aplicadas* na vida social, incluindo a própria dimensão política. Não há possibilidade de crítica sobre aquilo que é pregado. Assim sendo, uma questão característica do fundamentalismo religioso se concentra na

articulação entre culpa e medo, a partir de uma perspectiva de rigidez comportamental. Como a leitura bíblica é esvaziada de seu sentido histórico, toda doutrina circula em torno de regras morais individualizadas. Ganha grande importância a ideia de santificação associada a uma noção de “pureza” sexual. (Vieira, 2021, p. 93)

No que se refere ao processo formativo do indivíduo, especialmente do aluno na educação escolar, torna-se comum a intolerância com tudo aquilo que é adverso ao próprio indivíduo e à sua visão de mundo, oriunda da experiência religiosa fundamentalista, tornando-se claro o discurso sobre os *valores familiares* conservadores. Tudo aquilo que difere do padrão de papel da mulher na família, do formato tradicional de relação conjugal, da identificação de gênero conservadora etc. deve ser combatido, isto é, excluído socialmente, de maneira contundente, não descartando nem mesmo o uso da violência física e psíquica.

Na educação escolar, podem-se destacar os movimentos conservadores, como a *ideologia de gênero* e a *escola sem partido*, que em última instância corroboram um obscurantismo. No que se refere à questão de gênero, há um impacto negativo no processo de consolidação da democracia, porque procura criticar de maneira aguda questões preconizadas na Constituição, tais como a pluralidade, medidas protetivas a minorias sociais, laicidade etc. Urge, nesse sentido, um direcionamento autoritário em tempos de neoconservadorismo com agravante reacionário. “A ‘defesa da família’ tem justificado restrições a direitos, naturalizado desigualdades e colocado em xeque mesmo legislações e políticas que visam garantir a integridade física de mulheres e pessoas LGBTQI” (Biroli, 2020, p. 137).

No caso da *ideologia de gênero*, alinhavada às teorias da conspiração sob os auspícios de um reacionarismo, seria um ataque à família tradicional, aos *valores familiares* tradicionais. Na perspectiva de Junqueira (2023, p. 138-139), a ideologia de gênero surge como questão vaticana, e em meio a constantes ataques às especificidades pedagógicas das escolas, especialmente das escolas públicas, a ideologia de gênero é

um objeto construído e evidenciado pelo discurso que o denuncia. Um sintagma, um neologismo, um rótulo estigmatizante, um *slogan*, categoria política forjada para operar como arma retórica e para animar mobilizações em favor de um projeto de sociedade regressivo, antidemocrático e antilaico.

O projeto *escola sem partido* consiste em uma redundância intencional, pois ao mencionar que a escola e, juntamente com ela, o currículo formativo escolar devem ser neutros, pressupõe justamente a manutenção do *status quo*. A neutralidade (inexistente) tem posicionamento hegemônico. Trata-se de uma estratégia da classe dominante para a explicação (des)configurada da realidade, em tempos oportunos, por contribuição do fenômeno da pós-verdade em sintonia com as *fake news*, em momento de ascensão do reacionarismo proveniente da extrema direita.

O nome “sem partido” também não é inocente: sob a roupagem de se defender que a escola não “tome partido” de alguma ideologia, aproveita-se da reação que a sociedade brasileira tem mostrado em relação aos partidos políticos — face a marcas fisiológicas que atravessam a história de vários deles — como artifício de sedução e adesão dos cidadãos a suas ideias. Com isto, esvazia-se profundamente o sentido da política para que a sociedade — na forma de um consentimento ativo ou passivo — delegue o poder àqueles que historicamente oprimem os que não se enquadram nos padrões hegemônicos de uma classe dominante autoritária e escravocrata. (Ramos, 2018, p. 85)

Em linhas gerais, no bojo da atual realidade social brasileira, é complexa a forma de compreensão. Além de estar estabelecida uma situação social totalmente desfavorável para os membros que compõem a classe trabalhadora, os inúmeros artifícios utilizados, mesmo na educação escolar, que atendem aos interesses hegemônicos, reduzem ou até mesmo impedem a compreensão da situação social atual de maneira abrangente, capaz de detectar e analisar criticamente, por meio

de uma consciência de classe — pertencimento de classe —, os movimentos efetivados para a naturalização do *status quo*, bem como a contingência para sedimentar uma transformação social. Por consequência, menciona-se o posicionamento de Konder (2016, p. 130):

A perspectiva de alguém que permaneça *inteiramente imerso* na realidade histórica do capitalismo, a perspectiva de alguém que não possa fazer a crítica desta realidade senão a partir da apreensão empírica e limitada dela, isto é, a perspectiva de alguém não entrosado com o movimento histórico imanente que a supera na prática e que permite vê-la a partir de um ponto de vista que não é o dela mesma, será necessariamente uma perspectiva de ensinar apenas formas a-históricas (e portanto ilusórias) de transcendência da realidade social capitalista.

De forma similar, destaca-se o entendimento de Frizzo (2023, p. 03) a respeito da reflexão sobre a consciência:

a consciência é expressão das relações sociais de produção da existência. Portanto, na imediatez do que os indivíduos tomam para si como compreensão do mundo aparece a reprodução de ideias e valores próprios da classe dominante que se expressam como seus e que, atravessados por contradições da vida cotidiana, incorporam uma sociabilidade alienada também de si mesmo.

Considera-se que o processo formativo escolar do indivíduo deve ir para além do conhecimento cotidiano. Em tempos atuais, a consciência imediata preconiza unicamente a adaptação social do indivíduo. A condição do indivíduo torna-se aderir à realidade do momento e não estabelecer uma vigilância crítica.

BREVES NOTAS SOBRE O CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO COMO CONDIÇÃO CABAL PARA O PROCESSO FORMATIVO ESCOLAR

Inversamente à concepção de educação como instrumento social para atender às demandas hegemônicas, compactuando com um processo formativo adaptativo do indivíduo — como o processo de militarização do ensino, as crenças ou devaneios sobre a *ideologia de gênero* e a *escola sem partido* etc., entre outros exemplos em que o conhecimento cotidiano (empírico) prevalece —, há a compreensão contra-hegemônica de que a função social da educação escolar é a transmissão,⁵ na perspectiva da teoria da pedagogia histórico-crítica, do conhecimento historicamente sistematizado.

Mediante a apropriação dos saberes escolares, oriundos do conhecimento historicamente sistematizado, o indivíduo pode compreender a situação atual da realidade de maneira aprofundada, ultrapassando a barreira do empírico. Terá condições de compreender a vida cotidiana, forjada nas relações sociais vigentes, sob o prisma do conhecimento científico (historicamente sistematizado) articulado com um senso crítico, indo para além do senso comum, da percepção cotidiana.

No âmbito da teoria pedagógica histórico-crítica, o trabalho educativo, para Saviani (2021d, p. 13), “[...] é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Por um lado, o objeto da educação ocorre na identificação dos bens materiais e imateriais (bens culturais) necessários para que o processo de humanização do indivíduo — fazer com que o ser humano se torne humanizado,

⁵ Não há a pretensão de se deter, neste manuscrito, acerca da discussão sobre o conceito de transmissão à luz da pedagogia histórico-crítica. Entretanto, sugerem-se as seguintes produções: Lavoura e Ramos (2020) e Pasqualini e Lavoura (2020).

permita que ele se aproprie das máximas objetivações humanas contidas nas artes, na ciência, na filosofia, etc.; por outro lado e simultaneamente, ocorre na seleção de formas adequadas para atingir a finalidade mencionada anteriormente (Saviani, 2021d). Verifica-se que há um direcionamento para a formação do indivíduo nas máximas possibilidades humanas já produzidas historicamente e sistematizadas socialmente. Dessa maneira, o indivíduo poderá estar de acordo com próprio tempo, capaz de transcender a percepção cotidiana da realidade.

Evidencia-se, de acordo com Saviani (2013), a educação como contributo para a elevação da consciência, isto é, do senso comum (da consciência cotidiana) para a consciência filosófica. Para isso, é fundamental que a seja educação coesa,

centrada no domínio da produção cultural humana que evidencie os esforços feitos pelas gerações anteriores que nós precisamos compreender para poder não apenas manter, mas transformar e superar em direção à organização de uma forma de vida para além da sociedade capitalista com suas contradições, injustiças e desigualdades. (Saviani, 2011, p. 143)

Passa a ser primordial, da perspectiva teórica histórico-crítica, a tríade conteúdo-forma-destinatário (Martins, 2013; Galvão, Lavoura e Martins, 2019). Assim, urge a importância dos conteúdos a serem transmitidos, uma vez que, ao transmitir determinado conteúdo, há determinada visão de mundo, e a forma como será problematizado o conteúdo e instrumentalizado pelo indivíduo (aluno) impactará o modo como esse indivíduo compreenderá e atuará na realidade social. Por fim, também se destaca o destinatário (aluno), pois é preciso conceber as especificidades desse indivíduo, bem como as questões pertinentes para que esse indivíduo possa ter interesses concretos ao invés de interesses empíricos. O desenvolvimento da concepção de mundo do indivíduo é fundamental para que ele possa ter uma relação crítica perante a realidade.

Nas palavras de Galvão, Lavoura e Martins (2019, p. 106),

no desenvolvimento de uma concepção de mundo é fundamental a relação entre conteúdo e forma, posto que, para que o primeiro se desenvolva plenamente, a segunda deve acompanhar suas necessidades de explicitação e transformação, proporcionando um salto qualitativo em sua elaboração [...].

A concepção de mundo é fundamental para o processo formativo escolar. Não basta a *transmissão pela transmissão* do conhecimento, pois dependendo do modo como o indivíduo se apropria desse conhecimento ele pode contribuir para o desenvolvimento da concepção de mundo conservadora. Em contrapartida, corrobora-se o pressuposto de Duarte (2016, p. 94-95): “[...] o papel educativo do ensino dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos se efetiva de maneira tão mais consistente quanto mais esse ensino esteja fundamentado na concepção de mundo materialista, histórica e dialética”.

Cabe ressaltar que “a concepção de mundo, ou visão de mundo, é constituída por conhecimentos e posicionamentos valorativos acerca da vida, da sociedade, da natureza, das pessoas (incluindo-se a autoimagem) e das relações entre todos esses aspectos” (Duarte, 2016, p. 99). Não à toa, como modo de ser visto nos dias atuais, a compreensão do indivíduo (a sua consciência cotidiana) pode ser baseada em

crenças com forte enraizamento afetivo e serem de difícil superação, como é o caso dos preconceitos [...], ao passo que outras ideias podem ser incorporadas à consciência individual de maneira superficial e passageira, sem grandes impactos sobre o núcleo de sua concepção de mundo. (Duarte, 2016, p. 100)

É fundamental que a educação escolar, em uma perspectiva histórico-crítica, possa ultrapassar o desenvolvimento da concepção de mundo por meio da imediatividade, reproduzindo acriticamente as mais variadas ações no âmago das relações humanas. Ainda cabe considerar “[...] a importância do trabalho educativo em direção à conquista de níveis cada vez mais elevados de elaboração consciente da concepção de mundo” (Duarte, 2016, p. 102). Nesse caso, não se excluem as práticas cotidianas realizadas pelo indivíduo, mas se estabelece o princípio de superação por incorporação dessas práticas, em que o indivíduo, principalmente pela educação escolar, possa estabelecer um salto catártico sobre a maneira com que compreende e interfere nas suas práticas. Trata-se de forjar, na esfera escolar, os interesses concretos do indivíduo, e não os interesses empíricos (Saviani, 2021c).

Também vale destacar o posicionamento de Saviani (2021c, p. 158):

a pedagogia histórico-crítica considera que os educandos, enquanto indivíduos concretos, se manifestam como unidade da diversidade, uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas, síntese de relações sociais. Portanto, o que é do interesse desse aluno concreto diz respeito às condições em que se encontra e que ele não escolheu. Logo, também a geração atual não escolhe os meios nem as relações de produção que herda da geração anterior, e a sua criatividade não é absoluta, mas se faz presente. Sua criatividade vai se expressar na forma como assimila essas relações e as transforma. Então os educandos, enquanto concretos, também sintetizam relações sociais que não escolheram. Isso anula a ideia de que o aluno pode fazer tudo pela sua própria escolha. Essa ideia não corresponde à realidade humana.

Por conseguinte, o autor complementa:

Daí a grande importância de distinguir, na compreensão dos interesses dos alunos, entre o aluno empírico e o aluno concreto, firmando-se o princípio de que o atendimento aos interesses dos alunos deve corresponder sempre aos interesses do aluno concreto. O aluno empírico pode querer determinadas coisas, pode ter interesses que não necessariamente correspondem aos seus interesses concretos. É nesse âmbito que se situa o problema do conhecimento sistematizado, que é produzido historicamente e integra o conjunto dos meios de produção. Esse conhecimento sistematizado pode não ser do interesse do aluno empírico, ou seja, o aluno, em termos imediatos, pode não ter interesse no domínio desse conhecimento, porém ele corresponde diretamente aos interesses do aluno concreto, pois, enquanto síntese das relações sociais, o aluno está situado numa sociedade que põe a exigência do domínio desse tipo de conhecimento, e é tarefa precípua da escola viabilizar o acesso a esse tipo de saber. (Saviani, 2021c, p. 158)

Consequentemente, tomam-se como condição pedagógica as esferas não cotidianas, preconizando, por parte do indivíduo, uma atividade humano-genérica (Heller, 2016), a apropriação do gênero humano (Duarte, 2013), extrapolando a análise pragmática e espontânea, bem como afastando a possibilidade de juízo de valor de forma apressada, que predominam na vida cotidiana. Todos esses aspectos estão em pauta para desvelar a relação entre indivíduo e modo de produção capitalista, principalmente neste momento social de efervescência da extrema direita, alinhada com um populista de direita e reacionário, com a pós-verdade, as plataformas digitais, os algoritmos e a *liberdade de expressão* específicas das redes sociais.

Logo, ressalta-se a proposição de Saviani (2011) sobre a educação escolar no interior das contradições capitalistas:

penso que o tema fundamental é o da historicização. Acho que o empenho a que se devem dedicar permanentemente os educadores críticos e progressistas, em especial aqueles que se situam no campo do marxismo, é o de historicizar todos os conteúdos, todas as ideias e propostas, todos os conhecimentos, situando-os no curso do desenvolvimento da humanidade, onde se revela plenamente o seu significado. Com efeito, como já se assinalou, o elemento educativo por excelência é a própria história, pois é nela que objetivamente os homens se constituem como homens. À educação formal, institucionalizada, cabe elevar esse fenômeno objetivo à plenitude da consciência subjetiva operando a catarse [...]. (Saviani, 2011, p. 137-138)

A educação escolar, perante os pressupostos teórico-ontológicos, filosóficos e pedagógicos da pedagogia histórico-crítica, tem como função não atenuar o reacionarismo estabelecido, mas preconizar um processo formativo do indivíduo para que ele tenha condições de desenvolver uma consciência social-proletária (Saviani, 2019), seu pertencimento de classe, predominantemente por conta do atual momento social (Bernardo Silva, 2023a; 2024).

Conforme Duarte (2020, p. 44), “estamos [...] vivendo um momento histórico da realidade social brasileira em que os debates racionais foram substituídos por ataques desferidos por milícias digitais e por um bombardeio das redes sociais com as *fake news*”. Eis o desafio complexo de não silenciar diante de tais acontecimentos e, na educação escolar, a concepção crítica de educação proveniente da teoria histórico-crítica é fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou analisar o recente momento da realidade social brasileira, em que se aglutinou, principalmente via *status* de Jair Messias Bolsonaro como presidente da República, a ascensão da extrema direita por meio de um populismo reacionário. Dada a complexidade de tal momento histórico-social, foi estabelecido um recorte sobre as implicações da educação escolar nesse período, mais precisamente sobre o fator da ênfase do conhecimento cotidiano como incubador para a consolidação de estratégias de interesses hegemônicos para o processo formativo escolar, principalmente dos membros que compõem a classe trabalhadora.

Assim, foram apresentados apontamentos sobre o projeto de militarização de escolas públicas, diante de um governo de natureza militar, o movimento de *ideologia de gênero* e da *escola sem partido*, com viés partindo do fundamentalismo religioso.

O ponto de concordância de tais encaminhamentos para o campo da educação escolar é justamente o procedimento de aviltamento de uma análise crítica sobre a realidade social atual brasileira. O que predomina é uma percepção cotidiana influenciada por condicionantes militares e do fundamentalismo religioso, que culmina, em última instância, para o apaziguamento social, tendo como aliados os preceitos da pós-verdade em comunhão com o fenômeno social das *fake news*.

Por consequência, com base na pedagogia histórico-crítica, propõe-se um movimento inverso, com ênfase no conhecimento historicamente sistematizado como propulsor para um processo formativo escolar em proveito da formação integral do indivíduo. Dessa forma, contribui-se para condições objetivas de uma efetiva e rigorosa análise na lógica de uma vigilância crítica sobre o *status quo* da realidade social.

Seguramente, este texto procurou estabelecer uma *crítica propositiva* sobre o assunto em destaque. Contudo, as questões levantadas não foram esgotadas e, com isso, são urgentes aproximações sucessivas para a efetivação de um aprofundamento cada vez maior, no sentido de captar a essência da problemática da realidade social brasileira em tempos atuais.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 11-22.
- BERNARDO SILVA, Matheus. Concepções pedagógicas hegemônicas e pedagogia histórico-crítica: em questão a formação de professores. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 09, p. 01-23, 2023a. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/48021>. Acesso em: 18 out. 2023.
- BERNARDO SILVA, Matheus. Educação escolar em tempos de devaneio social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, p. 01-21, 2023b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nMVyP3Pg4wgB7qN5BppMnMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2023.
- BERNARDO SILVA, Matheus. Teoria da educação e pressupostos didático-pedagógicos. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 18, n. 40, p. 157-174, 2024. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1789>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- BERNARDO SILVA, Matheus; SCHLICKMANN, Maria Sirlene Pereira. Plataformas sociodigitais, fake news e dissonância cognitiva: questões sobre a educação escolar. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 01, p. 121-142, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/76669>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia (org.). **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-187.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.
- COSTA, Helton Messini da; GOMES, Rodrigo Lima R. Filosofia da práxis, verdade e ciência em tempos de miséria do saber: proposições sobre a análise da realidade concreta e o “método de Gramsci”. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 03, p. 243-360, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51543/28275>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- DELLA FONTE, Sandra Soares. A sobrevida da agenda pós-moderna e seus malabarismos teórico-políticos. **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 03, p. 73-74, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/51502/28267>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- DUARTE, Newton. **A individualidade para si: uma contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas: Autores Associados, 2016.
- DUARTE, Newton. “Um montão de amontoado de muita coisa escrita”: sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo escolar. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 31-46.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, Christian (org.). **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2022. p. 07-37.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Global, 2017.

FRIZZO, Giovanni. Negacionismo e ideologia: a atividade teórica nos processos de consciência. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57641/34060>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GALVÃO, Ana Carolina; LAVOURA, Tiago Nicola; MARTINS, Lígia Márcia. **Fundamentos da didática histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2019.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

IASI, Amuro. **Consciência e ideologia: para além dos muros de pedra (ensaios)**. São Paulo: Cortez, 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 127-134.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LAVOURA, Tiago Nicola; RAMOS, Marise Nogueira. A dialética como fundamento didático da pedagógica histórico-crítica em contraposição ao pragmatismo das pedagogias hegemônicas. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 47-62.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MARTINS, Lígia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2013.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024.

PASQUALINI, Juliana Campregher; LAVOURA, Tiago Nicola. A transmissão do conhecimento em debate: estaria a pedagogia histórico-crítica reabilitando o ensino tradicional? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 01-24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/55XqZmZcLSZQ9xLKg94ChtR/?lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira.. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018. p. 75-86.

RICCI, Rudd. A militarização das escolas públicas. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 107-114.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SAVIANI, Demerval. **Educação em diálogo**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021a.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021b.

SAVIANI, Demerval. Marxismo, educação e pedagogia. In: SAVIANI, Demerval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes**: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Campinas: Autores Associados, 2021c. p. 137-163.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2021d.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Brasiliense, 2001.

VICTOR, Fabio. **Poder camuflado**: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: GALLEGU, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 91-96.

Como citar este artigo: BERNARDO SILVA, Matheus. Educação escolar para além do reacionarismo em tempos atuais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 30, e300114, 2025. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300114>

Conflitos de interesse: O autor declara que não possui nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

Declaração de disponibilidade de dados: Não informado o uso de dados, não utilizou dados de pesquisa.

SOBRE O AUTOR

MATHEUS BERNARDO SILVA é doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Recebido em 29 de novembro de 2023

Revisado em 18 de junho de 2024

Aprovado em 20 de agosto de 2024

Editor/a responsável: Edla Eggert  <https://orcid.org/0000-0002-1980-7053>

